

## O LUGAR DO INDÍGENA EM VÍDEOS DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA: TENSÕES ENTRE SUBJETIVIDADES E REGIMES DE VISIBILIDADE

Thiago Almeida Barros<sup>i</sup>  
Edgar Monteiro Chagas Junior<sup>ii</sup>

**Resumo:** Este artigo consiste em análise de conteúdos audiovisuais da organização não governamental (ONG) Greenpeace Brasil publicados durante campanha contrária à instalação de barragens no rio Tapajós, no Pará. O *corpus* se concentra em três vídeos, nos quais jovens Munduruku narram suas experiências cotidianas na aldeia Sawré Muybu e destacam seus pontos de vista sobre a ameaça ao território. Considerando que a ONG tem potencial para atuar como um dispositivo de subjetivação política no campo das lutas socioambientais, desmembramos os vídeos em camadas de textos e imagens para avaliar se concentram características que permitam a reconfiguração de regimes de visibilidade e a exploração das potências políticas e criativas na criação de demandas. Identificamos marcadores que indicam caminhos para realocação do lugar dos indígenas em vídeos de mobilização política, no entanto, em processo permeado por tensões e modulações discursivas que comprometem o potencial enunciativo dos sujeitos em questão.

**Palavras-chave:** Mobilização política. Greenpeace Brasil. Munduruku. Regimes de visibilidade. Vídeos.

### THE INDIGENOUS ROLE IN POLITICAL MOBILIZATION VIDEOS: TENSIONS BETWEEN SUBJECTIVITIES AND VISIBILITY REGIMES

**Abstract:** This article consists of an analysis of audiovisual content by the non-governmental organization (NGO) Greenpeace Brasil, published during a campaign against the installation of dams on the Tapajós River, in Pará. The corpus focuses on three videos, in which young Munduruku narrate their daily experiences in the Sawré Muybu indigenous village and highlight their points of view about the threat to the territory. Considering that the NGO has the potential to act as a device of political subjectivation in the field of socio-environmental struggles, we dismembered the videos in layers of texts and images to assess whether they concentrate characteristics that allow the reconfiguration of visibility regimes and the exploration of political and creative powers in creating demands. We identified markers that indicate ways to relocate the place of indigenous people in political mobilization videos, but in a process permeated by tensions and discursive modulations that compromise the enunciative potential of the subjects in question.

**Keywords:** Political mobilization. Greenpeace Brasil. Munduruku. Visibility regimes. Videos.

### EL LUGAR DE LO INDÍGENA EN LOS VIDEOS DE MOVILIZACIÓN POLÍTICA: TENSIONES ENTRE SUBJETIVIDADES Y REGÍMENES DE VISIBILIDAD

**Resumen:** Este artículo consiste en un análisis de contenido audiovisual de la organización no gubernamental (ONG) Greenpeace Brasil publicado durante una campaña contra la instalación de represas en el río Tapajós, en Pará. El corpus se centra en tres videos, en los que jóvenes Mundurukú narran sus vivencias cotidianas en la aldea Sawré Muybu y destacan sus puntos de vista sobre la amenaza al territorio. Considerando que la ONG tiene el potencial de actuar como dispositivo de subjetivación política en el campo de las luchas socioambientales, desmembramos los videos en capas de textos e imágenes para evaluar si concentran características que permitan la reconfiguración de los regímenes de visibilidad y la exploración de los potenciales políticos y creativos en la creación de demandas. Identificamos marcadores que indican formas de reubicar el lugar de los indígenas en los videos de movilización política, pero en un proceso permeado por tensiones y modulaciones discursivas que comprometen el potencial enunciativo de los sujetos en cuestión.

**Palabras clave:** Movilización política. Greenpeace Brasil. Mundurukú. Regímenes de visibilidad. Vídeos.



## 1. INTRODUÇÃO

A organização não governamental (ONG) Greenpeace Brasil e lideranças da etnia Munduruku se uniram em 2016 para desenvolver movimento contrário à construção de hidrelétricas na bacia do Tapajós, especialmente o empreendimento denominado de São Luiz do Tapajós, alvo de protestos desde 2014. A iniciativa também teve o objetivo de pressionar o Ministério da Justiça pela demarcação definitiva da Terra Indígena Sawré Muybu, na região oeste do Pará, que seria diretamente impactada – social e ambientalmente – no caso da construção de barragens. A aproximação entre a ONG e indígenas resultou na campanha “Salve o Coração da Amazônia”, que consistiu principalmente na assinatura de petição on-line pela demarcação de terras indígenas, manifestações presenciais e virtuais e intensiva divulgação, na plataforma de rede social Facebook, de conteúdos midiáticos sobre demandas dos Munduruku e instalação de grandes projetos na Amazônia.

Em agosto de 2016, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) arquivou o processo nº 02001.003643/2009-77, referente ao licenciamento ambiental da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, após recomendação do Ministério Público Federal no Pará (MPF-PA) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) – já que a Constituição Federal veta a remoção de povos indígenas de seus territórios –, o que foi comemorado como vitória pelo Greenpeace Brasil. A organização associou a decisão governamental, em parte, à estratégia de sustentação de debates sobre a causa Munduruku ao longo da campanha (HIDRELÉTRICA, 2016).

Uma das possibilidades de análise dessa articulação entre Greenpeace Brasil e os Munduruku é enquadrá-la como objeto da representação política não eleitoral, com atenção à dimensão discursiva (SAWARD, 2006; MAIA, 2012). Nos interessa compreender a definição de estratégias e a produção de conteúdos de comunicação da campanha porque essa dinâmica pode mostrar como os grupos interagem e produzem sentidos com o objetivo de influenciar a sociedade civil a participar ativamente das discussões sobre decisões do poder público e iniciativa privada na Amazônia.

Associações dessa natureza ocorrem em todo o Mundo. Grupos marginalizados recorrem a pontos de apoio (YOUNG, 2006; URBINATI, 2010) para acessar recursos – entre eles tecnológicos – que maximizem as possibilidades de expressão e de visibilidade de suas lutas (CASTELLS, 2015) porque não conseguem espaço devido a partir da mediação jornalística ou nas

consultas legais, como as audiências públicas e oitivas das comunidades indígenas (BARROS; RAVENA, 2011). Na questão dos Munduruku, a aproximação com o Greenpeace Brasil abre possibilidades por conta das expertises da ONG, do compartilhamento de perspectivas, mas também abriga tensões da relação com uma organização transnacional (KECK; SIKKINK, 1999). Essas relações são construídas sobre diferentes racionalidades, distintas compreensões sobre questões sociais, políticas, econômicas, culturais e étnicas. Assim, observá-las é importante para que seja identificado se reproduzem agências como a tutela e o assistencialismo e construções discursivas prejudiciais aos indígenas, a exemplo de estereótipos.

Estratégias de comunicação empreendedoras são importantes para a reverberação de demandas indígenas porque auxiliam na sensibilização de parte da sociedade, mas, em determinadas situações, servem para cristalizar visões dominantes sobre “lugares” dos indígenas no Brasil contemporâneo. Campanhas realizadas em parceria com ONGs têm o potencial de ampliar o alcance das reivindicações – sobretudo pela sofisticação das táticas de visibilidade e técnicas midiáticas empreendidas –, mas com o preço da modulação discursiva desenvolvida pelas organizações. Essa tensão contrasta com o desenvolvimento da autonomia de indígenas na construção de narrativas de suas demandas a partir das possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias da comunicação e das experiências históricas de mobilização (BANIWA, 2012; TAVARES 2012; PEREIRA, 2017).

Desde sua fundação, em 1971, em Vancouver, Canadá, o Greenpeace International concentra-se na defesa de causas ambientais e questões relacionadas. No entanto, representa perspectivas, discursos, valores, e não pessoas ou fauna e flora, por exemplo (YOUNG, 2006; LYCARIÃO, 2010). O braço brasileiro da ONG, nos últimos anos, passou a intensificar campanhas transnacionais voltadas à região amazônica diante da possibilidade de instalação de grandes projetos de exploração na região. Desenvolve no Brasil estratégias de mobilização on-line e presencial semelhantes às ações aplicadas em outros países com florestas tropicais (STAFFORD; POLONSKY; HARTMAN, 2000; VIRGY *et al.*, 2020).

O Greenpeace Brasil tem infraestrutura para sustentar debates sobre a questão dos Munduruku e alavancar as discussões sobre problemas negligenciados pela sociedade e invisibilizados pela agenda governamental. Para reverberar a campanha, optou pela produção de 28 vídeos, todos publicados na *fanpage* da ONG no Facebook ([facebook.com/greenpeacebra](https://facebook.com/greenpeacebra)

sil) entre março e agosto de 2016, período de maior concentração da mobilização on-line, com o objetivo de expressar de diversas formas “o que consideram injustiças” ou o “que precisa ser reconhecido” (MAIA, 2012, p. 432, tradução nossa).

Considerando que os vídeos podem inscrever cenas políticas na esfera pública e que a ONG tem potencial para atuar, em determinados momentos, “como um dispositivo de subjetivação política no campo das lutas ambientais” (GOMES, 2014, p. 9-10), analisamos três dessas produções audiovisuais, que apresentam características distintas do padrão narrativo estabelecido na campanha (BARROS, 2023) e indicativos de potência política e criativa. Os vídeos selecionados têm como protagonistas jovens Munduruku de Sawré Muybu que não são identificados como lideranças da etnia. Os indígenas, duas mulheres e um homem, narram suas experiências cotidianas na aldeia e destacam seus pontos de vista sobre a ameaça de construção de hidrelétricas no rio Tapajós.

Essas narrativas, baseadas na expressão oral dos jovens indígenas, inspiram questionamentos acerca de diferentes dinâmicas de representação simbólica estética ativa (SAWARD, 2006). A partir de análise de conteúdo de textos e imagens (BARDIN, 1977; BAUER; GASKELL, 2003), desmembramos os vídeos para avaliar se as produções concentram características que permitam a reconfiguração de regimes de visibilidade e a exploração das potências políticas e criativas das imagens (RANCIÈRE, 2005, 2014; MARQUES, 2011, 2014; LAGE, 2016), processo que nos permite discutir marcas de subjetivação política e potencial enunciativo dos sujeitos indígenas em questão. Criadores de demandas de representação buscam o estético porque têm como objetivo o político. Dessa forma, ingressam no embate de significações, o que configura o “debate político e a disputa” (SAWARD, 2006, p. 310, tradução nossa). Por isso, discutiremos adiante aproximações entre imagem, política e potencial criativo no contexto da elaboração de demandas de representação.

## **2. IMAGENS, SUBJETIVIDADE E DISPOSITIVOS DE VISIBILIDADE**

As imagens oferecem caminhos para compreensão dos dispositivos nos quais o visível é apresentado, mas não existem roteiros de leitura, interpretação e tomada de posição diante delas. A imagem não pode ser considerada um “guia para ação política e nem um instrumento de conscientização massiva” (MARQUES, 2014, p. 63). Além disso, existe uma visão comum

que liga política e imagens à retratação de injustiças e problemas sociais, inclusive a criação de sentimento de compaixão por grupos subalternos – movimentos que não garantem uma dimensão política.

A dimensão política da imagem não se encontra nas mensagens que elas carregam ou potenciais de conscientização, mas, sim, quando promovem “dissenso e a ruptura a paisagens homogêneas, de concordância geral e assujeitamento” (MARQUES, 2014, p. 66). A ruptura compreende reconfigurações do dizível, visível e factível, ou seja, como a imagem modifica regimes de visibilidade e ordens discursivas opressoras (RANCIÈRE, 2000; MARQUES, 2014).

Para compreender a dimensão política da imagem é necessário observá-la no contexto da partilha do sensível. Nesse caso, modifica modulações e permitem que coisas, objetos e sujeitos sejam visíveis. A partilha política questiona o consenso, o tido como dado e normalizado, e tenta reconfigurar a ordem policial - que determina locais para os sujeitos, com nomes e funções, e enquadra ordens sobre como ser e o que dizer (RANCIÈRE, 2005; MARQUES, 2014).

Avaliadas do ponto de vista da partilha do sensível, imagens políticas podem ser classificadas também como imagens que provocam o dissenso, geram fraturas no comum, possibilitam rearranjos de visibilidade e dizem sobre como dispositivos interferem na construção de apresentação e aparência dos indivíduos, do tipo de atenção que merecem (MARQUES, 2014).

Para Rancière (2005), cenas de dissenso têm o potencial de mostrar a política da imagem, permitem que o sujeito político apareça e se constitua por meio da subjetivação. O aparecer, no entanto, não garante que o sujeito se configure como visível. “O aparecer redefine os enquadramentos e os dispositivos de visibilidade que permitem ou não reconhecer os sujeitos como partes legítimas de processos democráticos”, enfatizam Marques e Prado (2022, p. 2). A potência política e criativa das imagens conecta-se a “operações e agenciamentos que possibilitam e que permitem resistir a capturas, silêncios e aos excessos de discursos construídos midiaticamente, pelas instituições e pelo Estado” (MARQUES, 2014, p. 62).

Regimes de visibilidade são constrangidos por regimes discursivos que os antecedem. Daí a necessidade de observação do modo como os corpos representados aparecem, se são constrangidos e regulados ou são poten-

cializados. “Uma investigação sobre a política da imagem deve levar em conta o modo como a estética, entendida enquanto ação dissensual, desempenha operações de natureza política na imagem” (MARQUES, 2014, p. 72). Assim, é necessário observar como os sujeitos surgem nas imagens e as implicações desse aparecer.

Quando os sujeitos aparecem, é iniciado um processo de subjetivação que se configura em cenas de dissenso - ou cenas polêmicas. Segundo Rancière (2014), a polêmica traz à tona sujeitos que não eram considerados interlocutores, não reconhecidos como portadores de signos de politicidade. Quando esses sujeitos furam o bloqueio da ordem policial ou dominante que apaga conflitos, podem manifestar a diferença da sociedade a si mesma. Na partilha do sensível possibilitada pela política,

os sujeitos podem experimentar a política enquanto processo de criação de formas dissensuais de expressão e comunicação que inventam modos de ser, ver e dizer, configurando novos sujeitos e novas formas de enunciação coletiva. As cenas remetem à invenção de novas visualidades e interlocuções nas quais se inscrevem a palavra do sujeito falante, e nas quais esse próprio sujeito se constitui de maneira performática (MARQUES, 2014, p. 73).

Na criação de cenas de dissenso, portanto, sujeitos tornam-se reconhecidos, pois suas palavras poderão ser ouvidas. Ao exercitarem seus potenciais enunciativos, os sujeitos desenvolvem processos de subjetivação política e são dotados de rostos, evidenciando existências antes não visíveis. “A imagem pode conferir rosto a um indivíduo, tornando-o sujeito a nossos olhos, e, por isso, por permitir sua aparência, faz emergir o lugar da política” (MARQUES, 2014, p. 75).

O processo de subjetivação política, além de possibilitar que um sujeito se torne político, permite que estrangimentos de poder e injustiças sejam evidenciados (RANCIÈRE, 2014). Também redefine distribuições de ordem consensual – demandando, assim, subjetividades e experiências – a partir de desinentificações e desclassificações, da evidenciação de mundos diferentes alojados em um só, do deslocamento de um corpo de lugar de fala previamente designado, além de fazer ver e ouvir o que não cabia a ser visto ou compreendido (RANCIÈRE, 2014; LAGE, 2016).

A lógica da subjetivação política não pode ser considerada a partir da afirmação de uma identidade,

ela é sempre, ao mesmo tempo, a negação de uma identidade imposta por um outro, fixada pela lógica policial. A polícia deseja nomes exatos, que marquem para as pessoas o lugar que ocupam e o trabalho que devem desempenhar, a política, por sua vez, diz de nomes “impróprios” que apontam uma falha e manifestam um dano (RANCIÈRE, 2014, p. 121).

De acordo com Marques (2011), a criação de cenas de dissenso avança no momento em que tem o objetivo de evidenciar o sujeito por meio da linguagem, promovendo ruptura com a ordem discursiva. Neste momento, ressaltamos a aproximação da comunicação e a política, sobretudo em relação às possibilidades de formas de representação e modo de inscrição narrativa dos sujeitos. Como a subjetivação política não remete ao reconhecimento de algo ou ao acolhimento de identidades, interessa avaliar também a ordem do possível, o caminho de uma nova subjetividade política, dentro do processo de reconfiguração do visível e do discurso.

### 3. CAMINHOS PARA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS

As produções audiovisuais em análise foram elaboradas pelo Greenpeace Brasil durante a campanha “Salve o Coração da Amazônia”, entre março e agosto de 2016, período de intensa discussão sobre possível anulação do licenciamento da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós pelo Ibama. Elas fazem parte de uma série com 28 vídeos publicados na fanpage da organização na plataforma de rede social Facebook – até maio de 2023, o perfil contava com três milhões de seguidores. Os conteúdos mostram o desenvolvimento das atividades de mobilização junto aos Munduruku e informações sobre a construção de hidrelétricas na Amazônia. São classificados por Barros (2023) como eixo de argumentação do Greenpeace Brasil, dada a sofisticação nos processos de registro de imagens, de edição e animação, produção de roteiro e da possibilidade de ativistas e colaboradores trabalharem diretamente na Terra Indígena Sawré Muybu.

O conjunto de vídeos, inserido no contexto de estratégia de comunicação digital do Greenpeace Brasil, atende a duas funções políticas primordiais: em primeiro lugar, a realização de mobilização política; em segundo, o fornecimento de informações que justifiquem opiniões e ações políticas da organização (BARROS, 2023; LYCARIÃO, 2010). Em todas as postagens com vídeos, o visitante da *fanpage* é convidado, por meio de *links*, a continuar a consumir informações em outras plataformas da ONG ou assinar uma petição on-line. Barros (2023) classifica as produções audiovisuais em cinco

categorias, considerando os objetivos da campanha e estratégias do produtor para representar a realidade dos indígenas: 1) Assinatura de petição; 2) Protestos e outras mobilizações; 3) Atuação no Tapajós; 4) Intervenções urbanas; e 5) Cotidiano em Sawré Muybu. Nossa análise se concentra nos três vídeos incluídos nesta última classificação, que destacam as atividades diárias de três indígenas Munduruku, duas mulheres e um homem: Vídeo 1 – “Uma mãe Munduruku”, publicado em 12 de julho de 2016, com duração de 3m22s; Vídeo 2 – “Marunha Kirixi é moradora da aldeia Sawré Muybu e jogadora de futebol”, publicado em 26 de julho de 2016, com duração de 2m33s; e Vídeo 3 – “Cleodivaldo Karo Munduruku é um jovem pescador da aldeia Sawré Muybu”, publicado em 27 de julho de 2016, com duração de 2m30s.

Para avaliar as produções, optamos pela análise de conteúdo como método de observação e interpretação de aspectos sociais e conteúdos ideológicos de textos e imagens (BARDIN, 1977; BAUER; GASKELL, 2003). Definimos, para isso, “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar” (BAUER; GASKELL, 2003, p. 44). Os vídeos foram desmembrados em duas camadas: imagens em movimento e texto, com transcrição total dos conteúdos para alcançarmos o plano da expressão e observação de como elas se alternam na narrativa (MOTTA, 2013; COSTA, V.; COSTA, A.; AMORIM, 2017).

Com este movimento de desmembramento das narrativas, de natureza quantitativa, de observação de frequências, ordens/lugares e de visão geral, começamos a criar conexões para uma interpretação qualitativa dos conteúdos, atrelada ao objetivo central deste artigo: analisar as possibilidades de reconfiguração de regimes de visibilidade e exploração de potências política e criativas das imagens. Para isso, recorreremos a um referencial teórico que permite investigar se os vídeos apresentam características de um visível e dizível diferentes, se podem ser considerados como cenas polêmicas ou se continuam a apresentar enquadramentos e outras marcas do dispositivo de visibilidade e discurso. A partir dessas conexões, avançamos à “inferência de conhecimentos relativos às condições de produção” dos vídeos (BARDIN, 1977, p. 38).

#### **4. O LUGAR DOS INÍGENAS: ENTRE POTENCIALIDADES E TENSÕES**

No núcleo de vídeos “cotidiano em Sawré Muybu”, o Greenpeace Brasil apresenta produções com a participação de três indígenas, no papel de protagonistas, todos moradores da aldeia. As experiências da vida diária são



narradas por eles próprios, com imagens de fundo relacionadas às ações desenvolvidas. A estrutura dos vídeos segue o mesmo padrão: os depoimentos são a linha condutora de toda a produção, inicialmente ancorada por imagens em plano geral, com os indígenas desempenhando suas atividades e, em seguida, imagens nas quais os personagens figuram em primeiro plano, em *close-up*, no estilo de entrevistas jornalísticas ou de testemunhos em documentários. Neste momento, os indígenas são identificados com nome e sobrenome em legendas. Os vídeos sempre são fechados com a discussão sobre impactos de grandes projetos na região e *lettering* com identidade visual do Greenpeace Brasil convocando o seu público para assinatura de petição on-line. Em seguida, apresentamos uma sinopse de cada produção:

Vídeo 1 – Marcia Karu Kixi é responsável por cuidar da alimentação, da casa e das crianças – das quais se preocupa com o futuro diante da possível instalação de grandes projetos na Amazônia. Marcia cuida das atividades de limpeza, de almoço, lavagem de louças e roupas, além da produção de artesanato e farinha de mandioca. Reforça, por conta da labuta que enfrenta diariamente, que é mulher de coragem, mas teme que barragens sejam construídas no rio Tapajós e afetem a vida de toda a comunidade Munduku.

Vídeo 2 – Marunha Kirixi é apresentada como jogadora de futebol, fala da relação com amigas e sobre a ameaça ao modo de vida Munduruku por conta da possível construção de barragens na bacia do Tapajós. Marunha separa seus itens para o jogo de futebol, como bola, chuteira e meias. Convoca amigas para jogar no campo da aldeia, atividade importante para recreação e saúde da comunidade. Mostra também troféu conquistado em campeonato local. Em seguida, destaca a importância da luta para que o patrimônio dos indígenas, a floresta, não seja destruído.

Vídeo 3 – Cleodivaldo Karo Munduruku é identificado como jovem pescador, fala do dia a dia de seu ofício e da importância para a comunidade, além da demarcação das terras indígenas. Cleodivaldo separa os instrumentos que serão usados na pescaria, como rede e motor para o barco, e segue no rio em busca dos melhores locais para encontrar peixes. Em seguida, leva peixes para que as mulheres os preparem para o almoço.

A estrutura dos três vídeos em questão difere das estratégias dos demais produtos audiovisuais publicados na *fanpage* do Greenpeace Brasil ao longo da campanha “Salve o Coração da Amazônia”, de acordo com a análise de Barros (2023): nas outras produções os indígenas figuram em segundo

plano, como figurantes enquadrados de maneira homogênea, desconhecidos que têm à frente um líder indígena ou representante da organização ambientalista que falam por eles.

Quando Marcia Karu Xikri, Marunha Kirixi e Cleodivaldo Karo Munduruku são colocados em posição de protagonistas no roteiro dos vídeos, identificamos possibilidades de reconfiguração do regime de visibilidade e exploração das potências política e criativa das imagens. As produções do núcleo “cotidiano em Sawré Muybu” vão além do ato de permitir que os Munduruku concedam depoimentos. Nesta iniciativa, os indígenas são dotados de nome, rosto e fala – o que reforçou nosso interesse em compreender até que ponto essa estratégia da ONG poderia abrir janelas voltadas a experiências pessoais dentro do comum.

Marcia, Marunha e Cleodivaldo não são identificados como lideranças indígenas dentro da relação estabelecida entre os integrantes da aldeia Sawré Muybu e estafe do Greenpeace Brasil. Portanto, são instados a fazer, a princípio, relatos de vida dentro de suas perspectivas, que se encaminham a revelar subjetividades na relação com o cotidiano comunitário. A permissão deste espaço para fala diferenciado distingue indivíduos, seus interesses e aspirações, além do posicionamento diante do problema levantado pela ONG no roteiro dos vídeos – que emerge nas narrativas de forma abrupta –, o impacto da possível instalação de grandes projetos na bacia do rio Tapajós.

Os depoimentos dos Munduruku nesses vídeos são centrais em percurso que pode levar ao exercício de um visível e de um dizível diferentes. No entanto, quais características indicam este novo possível e seus limites dentro do contexto de representação audiovisual de indígenas? Os três indígenas, exceto durante os depoimentos nos quais aparecem em primeiro plano, têm corpos livres para ao menos reproduzir o cotidiano do eu e suas subjetividades. Circulam pelas casas, executam atividades de trabalho, se relacionam com os outros indivíduos da comunidade. Demonstram naturalidade, mesmo sob a constante presença de câmeras, que proporcionam uma série de tomadas diferentes, em variados ângulos, para mostrar detalhes do percurso do dia a dia na aldeia. No momento em que falam, os indígenas surgem como sujeitos: têm sotaques diferentes, fluência verbal e argumentações diferentes e modos distintos de avaliação sobre como problemas comuns à aldeia ou à etnia Munduruku podem afetá-los individualmente.

Nesta caminhada para identificação de características de reconfiguração de regimes de visibilidade e discurso nos vídeos em questão, ponderamos que eles são produto de uma relação de representação política não eleitoral entre os Munduruku e o Greenpeace Brasil. Maia (2012) reforça a importância da observação dessas relações de representação “dentro da coletividade”: grupos são formados por indivíduos que vivenciam experiências distintas e a subjetivação é elemento de referência para contraponto a discursos generalizados e correção de reivindicações.

Em um processo de representação legítimo, os sujeitos representados têm a oportunidade de refletir por si mesmos e defender seus julgamentos. Também deve ocorrer diálogo contínuo entre os interlocutores. Assim, os representados podem levantar questões específicas que precisam ser identificadas e reconhecidas. Para isso, é necessário que seja desenvolvido *feedback* permanente entre reivindicações de representação e experiências subjetivas para ajustes contínuos (MAIA, 2012).

#### 4.1 Tentativas de ruptura do homogêneo

Marunha Kirixi é uma jovem que pratica futebol com frequência junto de suas amigas indígenas. Todos os dias, nos períodos de folga, convoca o grupo de mulheres que pratica o esporte para reunião no campo da aleia Sawré Muybu. Antes, em casa, recolhe chuteiras, meias e bola para jogar – assim cuida da saúde e mantém a forma física. O time local foi o vencedor em uma competição da modalidade e Marunha mostra um grande troféu em um dos cômodos da casa onde mora. Este relato é um resumo do cotidiano da indígena apresentado no Vídeo 2, em cenas que remetem a comunidades ribeirinhas do interior da Amazônia.

Quando o enquadramento parte para o primeiro plano, dentro da sequência padrão estabelecida pelo Greenpeace Brasil, o Vídeo 2 destaca características de Marunha: olhos pretos, cabelos pretos e lisos, roupas industrializadas e modo de falar com ritmo e sotaque comuns à região urbanizada às proximidades da aldeia. Na sequência, a identificação é feita pelo nome e sobrenome, na legenda. No entanto, Marunha, em nenhum momento, se autodenomina indígena. A ligação com a origem Munduruku aparece simbolicamente no colar e brincos de contas e broches com penas de aves que ela usa.

**Figura 1 - Marunha Kirixi caminha para o campo de futebol com chuteiras nas mãos.**



**Fonte: Reprodução, Greenpeace Brasil (2016a).**

Marcia Karu Xikri é uma mãe cheia de responsabilidades, com cotidiano voltado, sobretudo, para atividades domésticas, como mostra o Vídeo 1. Pela manhã, faz a limpeza da casa e dos arredores do terreno onde mora, cuida das crianças e prepara o peixe pescado pelo marido para garantir o almoço. Em seguida, parte para o igarapé mais próximo, com trouxas de roupas e louças, que serão lavadas. Marcia ainda tem tempo para fazer artesanato e montar correntes de contas. Para terminar o dia, vai ao barracão para peneirar mandioca e produzir farinha, atividade que afirma ser um passatempo. A exemplo de Marunha, Marcia também não se autodenomina indígena ao longo do Vídeo 1. Quando aparece em primeiro plano, suas características físicas se destacam, mas ela, sem qualquer adereço ou pintura que remeta à cultura Munduruku, lembra as jovens mães ribeirinhas da região, que carregam o peso de cuidar de toda a família, como relata ao longo de seu depoimento.

**Figura 2 - Marcia Karu Xikri fala sobre seu cotidiano em casa, na aldeia.**



**Fonte: Reprodução, Greenpeace Brasil (2016b).**

Cleodivaldo Karo Munduruku apresenta a rotina dos pescadores da aldeia Sawré Muybu no Vídeo 3. Antes de sair, separa os utensílios de pesca em um cômodo da casa e ressalta que o rio faz parte da vida da comunidade. Na cena seguinte, segura a rede de pesca, ajusta e aciona o motor da rabeta e segue ao longo do rio em busca dos locais onde os cardumes se concentram. Estende a rede junto de companheiros de trabalho e, depois, recolhe os peixes. Todo o pescado é levado para a aldeia, onde é tratado pelas mulheres para o almoço e consumo posterior.

Cleodivaldo não se identifica como indígena ao longo do Vídeo 3. No momento em que aparece em primeiro plano, porém, elementos destacam sua origem, especialmente a pintura feita no rosto, característica da etnia Munduruku. A imagem do jovem pescador nos leva a pensar na construção das cenas de dissenso: as linhas traçadas com urucum indicam que ele está pronto para confrontos, mas o guerreiro também mostra características culturais e de vestuário comuns a não indígenas, apresentado com camisa polo e cabelos ornamentados com gel modelador.

**Figura 3 - Cleodivaldo Karo Munduruku mostra técnicas de pesca na aldeia.**



**Fonte: Reprodução, Greenpeace Brasil (2016c).**

Os vídeos apresentam três jovens ribeirinhos da Amazônia, que executam diferentes atividades e têm proximidade cultural com elementos citadinos, incorporados ao comum da aldeia. No entanto, a lógica de suas vidas é sobretudo pautada pelo ritmo da floresta, de onde tiram sua subsistência, fonte primordial de recursos. O espaço dos indígenas, na etapa de apresentação dos personagens, difere das imagens cristalizadas socialmente na forma de estereótipos. Se aproxima da visão de povos que dependem dire-

tamente da floresta, no limiar entre uma vida de ribeirinhos e de indígenas (DUTRA, 2005). Nesse momento dos vídeos concentrado no cotidiano dos três sujeitos, a rotina e espaços são apresentados de forma semelhante. Eles moram em casas de madeira, de assoalho com terra batida, cômodos separados, quartos com armários, cozinhas equipadas com fogões, louças e bancadas, diferentemente de imagens comumente midiaticizadas de extensas ocas, com redes penduradas, fogueiras para assar alimentos e indígenas pintados para a guerra, ornamentados com penas e plumas, prontos para danças e rituais tradicionais.

Neste ponto, os vídeos se afastam da lógica do discurso midiático sobre indígenas e em relação à Amazônia, que, de acordo com Costa (2015), constroem a imagem de uma região vista com excentricidade. Esse mostrar diferente, que coloca os indígenas em lugar de destaque na narrativa, apresenta outras dimensões no debate acerca da atual condição de etnias indígenas no Brasil, em constante pressão diante de frentes desenvolvimentistas e impactos do crescimento acelerado das áreas urbanas, entre eles a violência.

#### 4.2 Compreensão do dispositivo de visibilidade

O foco na construção de argumentos sobre o desenvolvimento da região do Tapajós pelo Greenpeace Brasil é amparado pela lógica da produção de documentários sobre meio ambiente. Os três vídeos analisados também evidenciam uma estrutura de produção cinematográfica, com equipamentos de alta tecnologia, como *drones*, e apresentam marcas das estratégias da organização que os produz (BARROS, 2023). Assim, avaliamos também elementos que caracterizam a função política da ONG a partir de enquadramentos, a exemplo do que ressalta Lage (2016) ao discutir pressupostos de Boltanski (1993): um enquadramento também indica a direção do que devemos sentir diante de uma situação.

Como relatado anteriormente, a estrutura dos vídeos é dividida em dois momentos: a apresentação do cotidiano dos indígenas e depoimentos sobre o temor diante da construção de barragens nos rios da região do Tapajós e impactos na aldeia. A primeira etapa funciona como subsídio para a compreensão do problema levantado posteriormente. O segundo momento serve ao fornecimento de informações que justifiquem opiniões e ações políticas do Greenpeace Brasil sobre a questão, apesar de a sequência das produções utilizar os depoimentos dos indígenas e não textos em *off* e outras

alternativas de narração explícitas da visão institucional. Assim, observamos viradas argumentativas nas produções audiovisuais, com características de enquadramento de injustiça (LAGE, 2016). É o momento em que a ONG precisa retomar os mecanismos de seu regime de visibilidade na tentativa de conduzir de que forma devemos compreender e sentir diante das falas de Marunha, Márcia e Cleodivaldo.

O argumento de injustiça destaca a construção da denúncia, acusação e exigência de justiça e reparação. Esta análise está concentrada nos elementos que caracterizam a queixa dos Munduruku e do Greenpeace Brasil diante dos impactos da possível construção de barragens sobre fauna, flora e sujeitos que têm a natureza como base de seu modo de vida e compreensão da existência.

No roteiro dos vídeos, observamos as viradas argumentativas a partir da modificação de elementos audiovisuais que retiram o foco dos indígenas. Após a sequência de relatos com imagens do cotidiano de cada um deles, o depoimento passa a ser associado a outras imagens, reproduzidas em sequência, com cortes acelerados, de um grupo de indígenas – homens, mulheres, jovens e crianças – em barcos subindo o rio, com arcos e flechas, rostos e corpos pintados e ornamentados com indumentárias. Eles seguem com placas com identidade visual do governo federal e informações sobre a delimitação da terra indígena Sawré Muybu. O som de *background* ganha ritmo mais veloz, com trilha sonora semelhante às utilizadas em filmes de ação da indústria cinematográfica e de documentários sobre natureza de grandes conglomerados de televisão.

Neste momento, os depoimentos dos indígenas migram da perspectiva do “eu” para uma visão coletiva do problema, com uso de termos como “nós”, “a gente”, “nosso povo”, “nossa gente” e “comunidade”, sempre associados à capacidade de lutar contra ameaças à aldeia Sawré Muybu. No Vídeo 2, o depoimento de Marunha contribui para o enquadramento de injustiça quando denuncia que instalação de barragens provocaria a destruição da floresta e conseqüentemente da aldeia. Ela ressalta que a terra é propriedade dos Munduruku – “nossa” – e que deve ser deixada como legado para os filhos: “A gente tava lutando por uma coisa que vai ser nossa pra sempre, que é de não deixar destruir, né, aqui, a aldeia. Pra mim é importante isso, vai servir pros nossos filhos, pros nossos netos” (GREENPEACE BRASIL, 2016a).

No Vídeo 3, Cleodivaldo denuncia que a comunidade não aprova a construção de barragens nas terras que abrigam a etnia – “a nossa terra”. Para ele,

só a demarcação total da terra indígena poderá reverter um processo em andamento de destruição das florestas:

Bom, primeiramente nós fomos colocar a primeira placa ali, todos nós fomos participar. A comunidade toda foi. Foi muito bom isso, a gente colocar as placas, dizendo que nossa terra indígena tá sendo demarcada. Nós queremos hoje em dia que nossa terra seja demarcada. Nós não queremos a barragem. A barragem só vai trazer destruição para nós (GREENPEACE BRASIL, 2016c).

Marcia denuncia no Vídeo 1 que a comunidade teme a construção de barragens. A maior preocupação dela é ser obrigada a deixar a aldeia e precisar viver na cidade. Para isso, segundo o roteiro estabelecido pela ONG nesta etapa dos vídeos, a luta coletiva torna-se fundamental para que os indígenas não sejam deslocados de seu território:

Barragem, eu tenho muito medo que isso chegue a acontecer. Isso é uma preocupação muito grande para nós aqui da comunidade que mora nesse lugar. Porque nós dependemos daqui, nós sobrevivemos daqui, nós sobrevivemos da pesca. Esse lugar aqui é nossa vida, né, na verdade é o nosso coração. Porque nós não somos acostumados a viver, a morar na cidade. E aqui não, aqui tudo que a gente faz é tirado da floresta. Tudo que a gente tem, a gente construiu aqui. Eu tenho meus filhos pequenos, eles não sabem ainda, por isso que nós estamos nessa luta juntos pra defender, né, os nossos direitos (GREENPEACE BRASIL, 2016b).

No primeiro momento dos vídeos, a organização do aparecer de Marunha, Marcia e Cleodivaldo e a forma como narram parte de suas atividades cotidianas permitem a identificação de experiências subjetivas e fraturas no comum. No entanto, a partir de um brusco processo de edição, a segunda etapa das produções audiovisuais empurra a narrativa no sentido da ordem policial, da adequação às estratégias argumentativas do Greenpeace Brasil do ponto de vista institucional e das estratégias relacionadas à campanha. O rearranjo de visibilidade que começava a destacar os sujeitos a partir de um lugar diferenciado de fala dá lugar à lógica de regimes discursivos que o antecedem, como destaca Marques (2014), criando uma nova regulação para a apresentação de imagens, discursos e indivíduos.

Na segunda etapa do roteiro dos vídeos, a mudança demonstra que o Gre-



enpeace Brasil optou por retornar à modulação discursiva atrelada ao apelo sensacional das imagens e sons da floresta, de uma narrativa muito veloz para enfatizar injustiças, explorando a denúncia e a sensação de medo. A escolha coloca os indígenas, antes dotados de rosto, em lugares predeterminados pela ordem policial. Para garantir que os observadores das imagens consigam “compreender” uma pretensa mensagem política, o fechamento dos vídeos recebe uma carga de características audiovisuais que remetem a tensão, polêmica, emoções, além de estereótipos.

Consideramos que o aparecer indígena e os consequentes signos de politicidade que este processo carrega se dirimem quando a argumentação da ONG nos vídeos passa a abrigar um conjunto dramático baseado em trilhas sonoras aceleradas, uma profusão de imagens de tomadas aéreas da floresta, de indígenas como personagens não identificados, de detalhes da fauna e flora isolados, além de roteiros predeterminados e compartilhados para todos os vídeos sobre o cotidiano de sujeitos Munduruku.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas orais dos jovens indígenas nos vídeos em análise abrem caminho para a reconfiguração de regimes de visibilidade e exploração das potências políticas e criativas das imagens, mesmo diante de tensões que surgem ao longo do processo de interlocução entre os Munduruku e o Greenpeace Brasil. Esse conjunto de produtos audiovisuais evidencia estratégias de elaboração de demandas de representação. Os criadores de demandas buscam o estético para ingressar de forma diferenciada em embates de significações nos espaços de discussão, especialmente na esfera política e outras camadas da esfera pública, como as plataformas de redes sociais. Como apontamos anteriormente, campanhas como a “Salve o Coração da Amazônia” ajudam grupos ameaçados a alcançar maior visibilidade em suas empreitadas, auxiliam na resistência a pressões contra seus territórios e outras formas de violência.

Os Munduruku historicamente nutrem fortes mobilizações políticas, mas, a exemplo de inúmeras outras etnias, se aliam em empreitadas com organizações não indígenas para lutar contra silenciamentos. Assim, organizam-se para o embate de acordo com as suas possibilidades. A quem recorrer? Os Munduruku aproximaram-se de outros atores. No caso da campanha, suas lutas sofreram o atravessamento de embates de terceiros, em um compartilhamento de perspectivas. O resultado da dinâmica desse processo de

representação política, apesar de levantar situações positivas, carrega os problemas da emancipação ou visibilidade pelo outro, da tradução ou adequação de reivindicações a determinado sistema simbólico, do encontro de racionalidades conflitantes. Sim, os caminhos da política são tortuosos.

E nesse percurso difícil de ser trilhado, emerge a narrativa-chave: a centralidade do “Coração da Amazônia”, lugar vivo, que produz seiva, que pulsa e alimenta. Protegê-lo, para o Greenpeace Brasil, é estratégico, como referência para seus valores, iniciativas globais e metas. Para os Munduruku, protegê-lo significa sobreviver. Se o coração for atingido, pode provocar o fim da vida. Os vídeos que colocam Márcia, Marunha e Cleodivaldo em primeiro plano representam um exercício de realocação de sujeitos indígenas no contexto de campanhas de mobilização para posições nas quais tenham espaços qualitativos para expressão de seus valores, para que apareçam, de fato, a partir de suas subjetividades. Para que esse movimento ganhe profundidade, são necessárias interlocuções válidas.

A etapa de maior potência da campanha justamente começa quando o grupo de ativistas chega à aldeia. O trabalho, baseado na *Tapajós Station Rescue*, uma espécie de acampamento base, resultou na divulgação de informações e imagens direto de Sawré Muybu para o mundo. A proximidade com o cotidiano indígena oferece possibilidades para o refinamento das narrativas criadas para vocalizar as demandas dos indígenas. Parte das atividades seguiu a pauta do Greenpeace Brasil, caracterizada por mobilizações de impacto visual, mas outra parcela foi direcionada por necessidades prévias dos Munduruku, com maior potencial político, diferindo de imagens midiáticas e cristalizadas socialmente na forma de estereótipos.

O Greenpeace Brasil, que escolhe seus representados, decidiu desembarcar em Sawré Muybu, alimentando-se e ressignificando a luta histórica dos Munduruku. A ONG apresenta suas intencionalidades e medeia saberes, cultura e embates dos indígenas. Inserindo-se na coletividade, busca novos recursos para expressar as reivindicações existentes e atrelá-las a seus objetivos. Suas equipes de ativistas fazem registros e reconhecimento de territórios, criam estratégias de impulsionamento de políticas e reverberam a questão como uma luta coletiva. Observamos que as lideranças Muduruku têm papel ativo no processo. Obviamente há encontros e desencontros, perdas e ganhos, mas a ação conjunta denuncia a gravidade socioambiental do contexto e discute racionalidades conflitantes. Os Munduruku, por exemplo, são alvo de outras pressões, além da empreitada hidrelétrica. A fronteira de-

envolvimentista e suas ações legalizadas e as ilegais mordem pelas bordas aceleradamente, com ataques silenciados na campanha.

Dessa forma, esperamos que as questões levantadas nessa análise auxiliem na compreensão da presença de indígenas brasileiros em espaços contemporâneos de comunicação, especialmente em campanhas de mobilização on-line, no contexto de interlocução com organizações transnacionais. Defendemos a autonomia dos indígenas nesses processos, em empreitadas que se afastem de iniciativas reprodutoras de assistencialismo, tutelas e ações salvacionistas. Essas aproximações devem, de fato, consolidar espaços de representação do movimento indígena que vêm sendo construídos há décadas, e não capturar as vulnerabilidades desses povos de forma estratégica. Alvos de impactos interseccionais, as iniciativas indígenas não podem ser alvos de modulações discursivas em troca da ampliação do alcance de suas reivindicações.

## REFERÊNCIAS

BANIWA, G. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. *In*: RAMOS, A. (org.). **Constituições nacionais e povos indígenas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 206-227.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, T. A. **Coração da Amazônia, território em disputa**: movimento indígena e representação política em campanha contra hidrelétricas. Curitiba: Appris, 2023.

BARROS, T.; RAVENA, N. Representações sociais nas audiências públicas de Belo Monte: do palco ao recorte midiático. *In*: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 4, 2011, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Compolítica/UERJ, 2011.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015.

COSTA, V. T. Quando a imagem fala e o texto grita: reflexões sobre

o modo de narrar no jornalismo televisivo. **Culturas Midiáticas**. João Pessoa, v.8, n.2, 2015, p. 196-210. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/cm/article/view/27208/14509>. Acesso em: 26 dez. 2016.

COSTA, V. T.; COSTA, A.; AMORIM, C. A televisão e a polinarrativa do jornalismo audiovisual. In: SOSTER, D.; PICCININ, F. (orgs.). **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas**. Santa Cruz, RS: Catarse, 2017. p. 264-277.

DUTRA, M. **A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta**. Belém: NAEA/UFPA, 2005.

GOMES, M. **Política, estética e ativismo ambiental: um estudo sobre as ações do Greenpeace no contemporâneo**. 2014. 292 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GREENPEACE BRASIL. **Marunha Kirixi é moradora da aldeia Sawré Muybu e jogadora de futebol**. São Paulo, 26 jul. 2016a. Facebook: Greenpeace Brasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/GreenpeaceBrasil/videos/10153740572557543>. Acesso em: 10 nov. 2018.

GREENPEACE BRASIL. **Uma mãe Munduruku**. São Paulo, 12 jul. 2016b. Facebook: Greenpeace Brasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/GreenpeaceBrasil/videos/10153707850247543>. Acesso em: 10 nov. 2018.

GREENPEACE BRASIL. **Cleodivaldo Karo Munduruku é um jovem pescador da aldeia Sawré Muybu**. São Paulo, 27 jul. 2016c. Facebook: Greenpeace Brasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/GreenpeaceBrasil/videos/10153742202442543>. Acesso em: 10 nov. 2018.

HIDRELÉTRICA no Tapajós está cancelada. **Greenpeace**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/hidreletrica-no-tapajos-esta-cancelada/#:~:text=O%20Obama%20cancelou%20o%20processo,realizar%20o%20leil%C3%A3o%20da%20usina>. Acesso em: 26 nov. 2020.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. Transnational advocacy networks in Inter-

national and regional politics. **International Social Science Journal**, Oxford, v. 51, n. 159, p. 89-101, 1999. Disponível em: <https://online-library.wiley.com/doi/10.1111/14682451.00179>. Acesso em: 15 nov. 2017.

LAGE, L. **Testemunhos do sofrimento nas narrativas telejornalísticas: corpos abjetos, falas inaudíveis e as (in)justas medidas do comum**. 2016. 218 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LYCARIÃO, D. **Greenpeace, espetáculo e internet: o intercruzamento entre diferentes modos de comunicação para se sustentar debates na esfera pública**. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MAIA, R. Non-electoral political representation: expanding discursive domains. **Representation**, n. 48:4, 2012, p. 429-443.

MARQUES, Â. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. **Galáxia**, n. 22, 2011, p. 25-39, dez.

MARQUES, Â. Política da imagem, subjetivação e cenas de dissenso. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.10, n. 17, 2014, p. 61-86, jul./dez.

MARQUES, Â.; PRADO, M. Os processos de subjetivação e emancipação política em Jacques Rancière. **Psicologia & Sociedade**, v. 34, e265750, p.1-18, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/kdxrM8HkWbwrK4YnXnm6q9s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MOTTA, L. G. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PEREIRA, E. Net-ativismo indígena brasileiro: notas sobre a atuação comunicativa indígena nas redes digitais. In: DI FELICE, M.; PEREIRA, E.; ROZA, E. (org.). **Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação**. Campinas: Papiurus, 2017. p. 169-182.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO experimental/Ed. 34, 2005.

RANCIÈRE, J. **Nas margens do político**. Lisboa: KKYM Editores, 2014.

SAWARD, M. The Representative Claim. **Contemporary Political Theory**, v. 5, p. 297-318, 2006. Disponível em: <https://www.shareweb.ch/site/DDLGN/Documents/Saward%20The%20Representative%20Claim.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

STAFFORD, E.; POLONSKY, M. J.; HARTMAN, C. Environmental NGO-business collaboration and strategic bridging: a case analysis of the Greenpeace-Foron Alliance. **Business Strategy and the Environment**. Chichester, v. 9, ed. 2, p. 122-135, mar./abr. 2000. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/09b0d6e54a0ce1178cd9dd59fdc73bcf/1p-origsite=gscholar&cbl=32086>. Acesso em: 22 maio 2020.

TAVARES, J. Ciber-informações indígenas no Brasil: um mapeamento e análise da comunicação de povos indígenas brasileiros na internet a partir das potencialidades das novas mídias e do aporte da comunicação comunitária. **Vozes & Diálogo**, Itajaí, v. 11, n. 1, p. 82-93, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/3316>. Acesso em: 30 out. 2017.

URBINATI, N. Representação como advocacy: um estudo sobre deliberação democrática. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 9, n. 16, p. 51-88, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2010v9n16p51>. Acesso em: 15 nov. 2017.

VIRGY, M. A. et al. Greenpeace Indonesia's Transnational Advocacy Network Strategy Regarding the Issue of Deforestation in Indonesia's Forests by Wilmar International. **Journal of Political Issues**, Pangkal Pinang, v. 1, n. 2, p. 74-91, 2020. Disponível em: <https://www.neliti.com/publications/322994/greenpeace-indonesias-transnational-advocacy-network-strategy-regarding-the-issu#cite>. Acesso em: 22 jan. 2021.

YOUNG, I. Representação política, identidades e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/346M4vFfVzg6JFk8VZnWVvC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2017.

---

<sup>i</sup> Doutor em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela UFPA. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) e dos cursos de graduação em Jornalismo e Publicidade e Propaganda da UNAMA. É integrante dos grupos de pesquisa Capital Social e Cultural (PPGCLC/UNAMA) e Comunicação e Política na Amazônia (PPGCOM/UFPA).

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-9608-7416>

**E-mail:** thiago.barros@unama.br

<sup>ii</sup> Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), com área de concentração em Antropologia. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Bacharel e Licenciado Pleno em Geografia pela UFPA. Coordenador e docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (UNAMA). Líder do grupo de pesquisa Batuques: Patrimônio Cultural e Representações do Lugar (PPGCLC/UNAMA).

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-2048-560X>

**E-mail:** edgar.chagas@unama.br

**Artigo recebido em: 15 maio 2023. | Artigo aprovado em: 06 jun. 2023.**